

O PAPEL DO CRAS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: POSSIBILITANDO INTERVENÇÃO PRECOCE

Lorena Faria Vieira ¹
Magali De Paula Silva Santana²
Alcione Januária Teixeira da Silveira³

psicomagalisantana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

O presente artigo analisa o papel do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na identificação e no acompanhamento de crianças em situação de vulnerabilidade social, destacando sua contribuição para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a promoção do desenvolvimento infantil. Fundamentado em observações realizadas durante estágio supervisionado em Psicologia e em questionário aplicado a uma psicóloga atuante em um CRAS da Zona da Mata Mineira, o estudo adotou abordagem qualitativa para compreender as ações desenvolvidas junto às crianças e suas famílias. Os resultados evidenciaram que o CRAS desempenha papel estratégico na proteção social básica, atuando por meio de programas como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Criança Feliz. Destacaram-se, ainda, a importância da identificação precoce de situações de risco, do fortalecimento dos vínculos familiares e da articulação com a rede de proteção social para a promoção do desenvolvimento infantil. Também foram identificados desafios relacionados à adesão das famílias às ações socioassistenciais e à construção de vínculos de confiança com a instituição. Conclui-se que o CRAS constitui importante espaço de acolhimento, prevenção e garantia de direitos, contribuindo para a proteção e o desenvolvimento de crianças em contextos de vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; CRAS; desenvolvimento infantil; intervenção precoce; vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) foi criado a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído em 2004 como parte da

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

³ Doutora e Mestre em Educação; Psicóloga e Professora no Centro Universitário Univértix.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O SUAS organiza os serviços de assistência social e garante que o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade seja reconhecido como um direito de todos os cidadãos, e não apenas como uma ajuda eventual (Brasil, 2025).

O CRAS desenvolve ações voltadas a famílias e indivíduos em seu território de atuação, promovendo orientação e fortalecimento do convívio sociofamiliar e comunitário. Nesse contexto, é responsável pela implementação do Programa de Atenção Integral às Famílias. No âmbito da proteção social básica, o trabalho com as famílias deve considerar diferentes formas de organização familiar, superando a ideia de um único modelo centrado na família nuclear. Parte-se do princípio de que as famílias têm funções essenciais, como garantir proteção e socialização de seus membros, servir como referência moral e afetiva, construir identidade grupal e mediar as relações de seus integrantes com outras instituições sociais e com o Estado (Brasil, 2004).

Além disso, o CRAS atua em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, que assegura a proteção integral, garante direitos e previne situações de negligência, exploração e violência contra crianças e adolescentes. Ele estabelece que é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar condições de vida dignas, acesso à educação, saúde, lazer, cultura e trabalho protegido (Brasil, 1990).

A Lei nº 8.742/1993, conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), enfatiza a proteção da infância e o apoio às crianças como metas fundamentais da política de assistência social. Isso reflete o reconhecimento de que, devido à sua dependência de cuidados nesse período de intenso crescimento e desenvolvimento, as crianças necessitam de proteção especial (Silva; Alves; Oliveira; Lima, 2021).

Segundo Vigotski *et al.*, (2010), na primeira infância, a criança percebe o mundo em dois grupos: um mais próximo, formado por pessoas com quem tem contato direto e afetivo, como pais e cuidadores, e outro mais amplo, que ela entende através das relações do primeiro grupo. Essa dinâmica se torna mais complexa

quando a criança, acostumada ao ambiente familiar, passa a frequentar o jardim de infância.

O trabalho em questão justifica-se através de uma experiência de estágio do Curso de Psicologia realizada por meio de observação em um Centro de Referência de Assistência Social. Diante desse contexto, a questão que norteou o estudo foi: qual é o papel do CRAS na identificação e no acompanhamento de crianças em situação de vulnerabilidade social, com foco na promoção do desenvolvimento infantil desde os primeiros anos de vida?

Partindo destas constatações, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o papel do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na identificação e no acompanhamento de crianças em situação de vulnerabilidade social, destacando sua contribuição para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a promoção do desenvolvimento infantil.

Estudos como este evidenciam a importância do CRAS na promoção do desenvolvimento infantil e a importância do CRAS na vida de famílias em situação de vulnerabilidade, evidenciando como a intervenção precoce pode transformar realidades, fortalecer vínculos e garantir às crianças oportunidades de pleno desenvolvimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O papel do CRAS na promoção do desenvolvimento infantil está intimamente ligado à sua missão de proteger famílias em situação de vulnerabilidade social. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é a base do trabalho social realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Sua principal meta é atuar de forma preventiva, oferecendo apoio a famílias que enfrentam situações de vulnerabilidade. O programa busca fortalecer os laços familiares e comunitários, garantindo que as pessoas tenham acesso aos seus direitos e possam, assim, melhorar sua qualidade de vida. Para isso, o PAIF oferece orientações, apoio e atividades que incentivam a troca de experiências e a construção (Ministério do Desenvolvimento, 2023).

Essa abordagem preventiva, centrada no fortalecimento familiar, é crucial, pois, como apontam os estudos sobre desenvolvimento humano, para compreender o desenvolvimento humano, é fundamental analisar a interação entre a hereditariedade e o ambiente. O processo de crescimento e mudança de uma pessoa é moldado tanto pelas características que ela herda quanto por uma variedade de fatores externos, como o contexto familiar, socioeconômico e cultural. Além disso, é importante diferenciar os processos que ocorrem por maturação, daqueles que são resultado de experiências. Os pesquisadores também observam, tanto as influências que afetam a maioria das pessoas em uma determinada idade ou época histórica, quanto aquelas que são únicas para certos indivíduos. Por fim, o momento em que uma influência acontece pode determinar o impacto que ela terá na vida de alguém (Papalia, Martorelli, 2022).

Diante da importância do ambiente nos primeiros anos de vida, conforme detalham os estudos, a necessidade de intervenção precoce na assistência social é uma questão vital, pois o CRAS tem a oportunidade de identificar sinais de risco desde os primeiros momentos de vida da criança. A intervenção precoce é um processo sistemático que oferece acompanhamento terapêutico e educacional a famílias para atender às necessidades de desenvolvimento de crianças pequenas. Por serem programas de alto custo, é comum que a eficácia dessas intervenções seja avaliada por pesquisas, a fim de justificar a continuidade de seu financiamento (Papalia; Martorelli, 2022).

O desenvolvimento de uma criança é amplamente influenciado pelas condições ambientais de seu lar, incluindo a qualidade da estimulação cognitiva, a rotina familiar e o status cultural e educacional dos pais. Fatores psicossociais críticos, como a pobreza e suas consequências diretas (moradia precária, baixa escolaridade e má nutrição), tendem a ser mais prevalentes em famílias de baixa renda e exercem uma influência negativa no desenvolvimento infantil (Batistela *et al.*, 2020).

A vulnerabilidade social não pode ser compreendida apenas como insuficiência de renda, mas como um conjunto de fragilidades que limitam o acesso a direitos, oportunidades e condições adequadas de participação social. Para Sposati (2009), a

vulnerabilidade resulta da combinação de desigualdades sociais, ausência de proteção e restrições no acesso a políticas públicas. Nessa mesma direção, Yazbek (2012), destaca que as situações de vulnerabilidade expressam as múltiplas formas de exclusão produzidas pelas desigualdades sociais. Já Castel (1998), compreende a vulnerabilidade como uma condição intermediária entre a integração e a exclusão social, marcada pela fragilidade dos vínculos sociais e pela insegurança diante das condições de vida. Nesse contexto, crianças inseridas em famílias vulneráveis podem estar mais expostas a riscos que comprometem seu desenvolvimento, reforçando a importância das ações preventivas desenvolvidas pelo CRAS.

No contexto do CRAS, essa intervenção se manifesta através de um trabalho preventivo. Em vez de esperar que a família entre em uma situação de alto risco, o serviço atua de forma preventiva. Ao identificar famílias com histórico de negligência, falta de acesso a direitos ou fragilidade nos vínculos, o CRAS oferece suporte imediato e continuado. Esse trabalho garante que a criança, desde a primeira infância, tenha acesso a um ambiente familiar e comunitário seguro e estimulante, fundamental para o seu pleno desenvolvimento e para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza (Ministério do Desenvolvimento, 2023).

Essa atuação do CRAS está alinhada com a legislação brasileira, nesse mesmo sentido a Constituição Federal de 1988 estabelece que a Política de Assistência Social deve garantir proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, sobretudo em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, o CRAS, enquanto unidade pública da proteção social básica, materializa esse princípio ao oferecer serviços que visam fortalecer vínculos e assegurar os direitos de cada indivíduo em seu ciclo de vida (Brasil, 1988).

Para concretizar essa proteção e fortalecimento de vínculos, um dos principais instrumentos utilizados é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferecido pelos CRAS e que tem como objetivo criar oportunidades de socialização para crianças, adolescentes e famílias, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais e afetivas. Por meio de atividades coletivas e oficinas,

o SCFV busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenir situações de risco social e estimular a participação cidadã dos usuários (Brasil, 2006).

De forma complementar a esses serviços estruturais, o Programa Criança Feliz surge como uma iniciativa específica para a primeira infância. O Programa Criança Feliz é uma iniciativa voltada ao desenvolvimento integral de crianças de até seis anos em situação de vulnerabilidade social. Sua principal estratégia é a realização de visitas domiciliares por equipes capacitadas, que orientam as famílias, fortalecem vínculos afetivos e estimulam práticas que contribuem para o crescimento saudável das crianças. Entre seus objetivos estão apoiar gestantes na preparação para a chegada dos filhos, garantir cuidados adequados durante a infância, incentivar atividades lúdicas e facilitar o acesso das famílias a serviços e políticas públicas. O programa atende gestantes e crianças inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, crianças afastadas do convívio familiar por medida de proteção e aquelas que perderam responsáveis durante a pandemia de Covid-19 (Brasil, 2022).

3 METODOLOGIA

Com a pesquisa, torna-se possível produzir conhecimentos e ampliar a compreensão sobre diferentes fenômenos da realidade social. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2010, p. 139) definem a pesquisa como um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Considerando a natureza do objeto investigado, optou-se pela abordagem qualitativa, que busca compreender fenômenos sociais a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências (Cunha; Santos, 2019). Essa perspectiva parte do entendimento de que as ações humanas são permeadas por crenças, valores, percepções e sentimentos que demandam análise aprofundada (Alves, 1991).

O estudo foi desenvolvido a partir de observações realizadas durante o estágio supervisionado do curso de Psicologia em um Centro de Referência de Assistência

Social (CRAS) localizado em um município da Zona da Mata Mineira. As observações possibilitaram conhecer a dinâmica institucional, os serviços ofertados e as ações desenvolvidas junto às famílias e crianças em situação de vulnerabilidade social.

Como estratégia complementar de coleta de dados, foi aplicado um questionário composto por questões abertas a uma psicóloga atuante no CRAS, graduada em Psicologia e com experiência profissional na área da assistência social e do desenvolvimento infantil. O instrumento abordou temas relacionados às demandas infantis atendidas pelo serviço, aos desafios enfrentados pelas famílias, às estratégias de intervenção precoce e à articulação com a rede de proteção social.

A instituição conta com equipe multiprofissional composta por psicóloga, assistente social, coordenação, profissionais vinculados ao Cadastro Único, Programa Criança Feliz e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desenvolvendo ações voltadas à proteção social básica, ao fortalecimento dos vínculos familiares e ao acompanhamento de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entendemos que o Centro de Referência a Assistência Social (CRAS), tem um papel fundamental no desenvolvimento infantil, pois é o espaço de acolhimento e escuta que oferece o suporte necessário para fortalecer os laços familiares e comunitários, promovendo apoio e a segurança para que cada criança possa crescer desde seus primeiros anos.

Diante disso, estudos recentes apontam que o CRAS, por meio da Proteção Social Básica e de programas como o PAIF e o SCFV, atua como espaço de acolhimento social que fortalece vínculos familiares e comunitários, favorece o acesso a direitos, estimula potencialidades das famílias e oferece suporte preventivo para garantir que crianças desde os primeiros anos tenham ambientes mais seguros e protegidos para seu desenvolvimento integral (Amaral, 2023).

Em relação às principais demandas relacionadas às crianças que chegam até o CRAS, e, o papel do Psicólogo em relação ao desenvolvimento infantil, a Psicóloga ressalta:

Geralmente, as demandas estão ligadas a vulnerabilidades sociais, negligência, dificuldades escolares, comportamentos desafiadores e, em alguns casos, suspeitas de atraso no desenvolvimento. Também recebemos crianças que vivenciam situações de violência, perdas ou convivem com vínculos familiares fragilizados. Nosso papel é fundamental no apoio e prevenção. Atuamos no fortalecimento dos vínculos familiares e a prevenção de riscos, observando aspectos emocionais, comportamentais e sociais das crianças acompanhadas. Embora o CRAS não seja um serviço clínico, conseguimos, através da escuta qualificada, dos grupos/oficinas e da articulação com a rede, identificar sinais de risco e orientar as famílias (Psicóloga do CRAS, 2025).

Segundo Lucena *et al.*, (2020), o planejamento da intervenção precoce deve ser centrado na funcionalidade de cada criança e sua família, exigindo o envolvimento dos familiares para que a intervenção se integre de forma natural nas atividades diárias (como comer, vestir-se, se movimentar e adquirir conceitos). Mais do que focar apenas na aquisição de comportamentos, o essencial é compreender a função deles no dia a dia da família e nas atividades da vida prática, com o objetivo de promover a autonomia da criança.

Desse modo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem um papel essencial na construção de espaços que favorecem o desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares. Entretanto, compreender como esse trabalho se efetiva no cotidiano é um desafio que vai além das ações técnicas: envolve lidar com realidades marcadas por vulnerabilidades sociais, econômicas e emocionais.

A esse respeito, sobre quais são os desafios que o CRAS enfrenta no envolvimento das famílias nas ações voltadas às crianças, a Psicóloga relata:

Um dos principais desafios enfrentados pelo CRAS no envolvimento das famílias nas ações voltadas às crianças é a desconfiança em relação à instituição. Ainda há muitos estigmas associados à assistência social, o que leva algumas famílias a confundirem os serviços oferecidos pelo CRAS com as atribuições do Conselho Tutelar. Essa percepção equivocada dificulta a adesão às atividades e o estabelecimento de vínculos de confiança. Outro desafio, é o desinteresse e ausência de responsabilidade por parte dos responsáveis, que não reconhecem o potencial das ações no processo de desenvolvimento infantil (Psicóloga do CRAS, 2025).

Os desafios apontados pela profissional evidenciam que a efetividade das ações desenvolvidas pelo CRAS depende não apenas da oferta de serviços, mas também da adesão das famílias ao acompanhamento proposto. A resistência de alguns responsáveis pode estar relacionada ao desconhecimento das atribuições da assistência social e à persistência de estigmas historicamente associados a esses serviços. Nesse contexto, a construção de relações de confiança entre profissionais e usuários torna-se fundamental para o fortalecimento dos vínculos familiares e institucionais, favorecendo a participação das famílias nas ações preventivas e ampliando as possibilidades de proteção e desenvolvimento das crianças.

Além disso, conforme as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social, o fortalecimento da rede socioassistencial exige, primordialmente, uma ação articulada do CRAS com as áreas de saúde, educação e proteção de direitos. Somente através dessa parceria intersetorial é possível assegurar uma resposta integral e eficaz às diversas demandas apresentadas pelas crianças e suas famílias (Brasil, 2020).

Assim a colaboração do CRAS com os serviços de educação, saúde e conselho tutelar reforça a importância fundamental da proteção social integral, sendo crucial para o amparo de crianças e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nesse mesmo contexto, foi indagado a Psicóloga: como é feita a articulação entre o CRAS e outros serviços (como saúde, educação e conselho tutelar) quando há necessidade de intervenção precoce?

A articulação é feita através de reuniões de rede, encaminhamentos formais e contatos diretos com os profissionais de referência. O CRAS busca atuar como elo entre a família e os demais serviços, garantindo que o infante tenha acesso ao acompanhamento necessário (Psicóloga do CRAS, 2025).

No âmbito das ações desenvolvidas, o SCFV voltado para crianças de 0 a 6 anos tem como objetivos principais promover a interação entre crianças da mesma faixa etária, valorizar a cultura familiar e comunitária por meio de brincadeiras e vivências lúdicas, estimular o desenvolvimento de crianças com deficiência, além de

fortalecer os vínculos familiares e sociais por meio de espaços de convivência e reflexão sobre o papel da família no desenvolvimento infantil (Brasil, 2021).

Ainda durante a entrevista com a Psicóloga foi perguntado o que a motiva, enquanto profissional da Psicologia, a atuar com o desenvolvimento infantil no CRAS e tivemos a resposta de que sua motivação advém do potencial transformador da infância. Saber que, mesmo em meio a tantas adversidades, é possível contribuir para que uma criança tenha um futuro mais digno, saudável e com mais oportunidades me impulsiona todos os dias.

Conforme explica Klein (1937/1996), quando uma criança é cercada por amor, cuidado e compreensão em seus primeiros anos de vida, ela aprende a confiar no mundo e a construir relações saudáveis. Essa visão nos lembra que um ambiente acolhedor e seguro pode transformar o caminho de uma criança, especialmente aquelas que enfrentam vulnerabilidades, oferecendo a chance de crescer com mais dignidade, equilíbrio e esperança.

Questionada sobre quais foram os principais fatores que a impulsionaram a criar o grupo “Turminha do Sentir”, voltado ao público infantil de 3 a 6 anos no âmbito do SCFV, ela respondeu:

A criação do grupo “Turminha do Sentir”, voltado para crianças de 2 a 6 anos, surgiu justamente desse desejo de oferecer um espaço acolhedor, onde as crianças possam se expressar, sentir, brincar e desenvolver vínculos afetivos positivos. Muitas das demandas que chegam até o CRAS envolvem crianças que vivenciam situações extremamente delicadas, como a perda da mãe, conflitos constantes entre os genitores, vulnerabilidades sociais severas, casos de exploração sexual e, muitas vezes, o afastamento da educação infantil — já que alguns responsáveis, por falta de estudo ou por medo, acabam não levando seus filhos à creche. Considerando que o SCFV atende crianças a partir dos 6 anos, senti a necessidade de criar esse grupo específico para a primeira infância, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dessas crianças, promovendo desde cedo o cuidado, a escuta e o acolhimento que podem fazer toda a diferença em sua trajetória (Psicóloga do CRAS, 2025).

A criação da “Turminha do Sentir” evidencia a importância da intervenção precoce na promoção do desenvolvimento infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Ao oferecer um espaço de acolhimento, escuta, brincadeira e expressão emocional para crianças na primeira infância, o grupo contribui para o fortalecimento de habilidades socioemocionais e para a construção de vínculos

afetivos seguros. Conforme Papalia e Martorell (2022), as experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida exercem influência significativa sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Nessa mesma perspectiva, Klein (1996) destaca que a qualidade das relações estabelecidas na infância constitui elemento fundamental para a construção da segurança emocional e da capacidade de estabelecer vínculos saudáveis ao longo da vida. Assim, iniciativas como a “Turminha do Sentir” ampliam as possibilidades de proteção e desenvolvimento infantil ao oferecer experiências positivas em uma fase particularmente sensível do desenvolvimento humano.

O CRAS tem papel fundamental nesse processo. Por meio de ações como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, torna-se possível oferecer às crianças experiências que favorecem o desenvolvimento emocional, o fortalecimento das relações sociais e a garantia de seus direitos, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais. Conforme orienta a cartilha, os grupos de convivência visam criar espaços em que os participantes possam ser ouvidos, valorizar e reconhecer uns aos outros, produzir em conjunto, fazer escolhas e decisões sobre sua própria vida e em grupo, dialogar para resolver conflitos, reconhecer limites e possibilidades das situações vividas, aprender e ensinar de igual para igual, nomear emoções, admirar as diferenças e, assim, fortalecer vínculos (Brasil, 2016).

Os resultados discutidos evidenciam que a atuação do CRAS ultrapassa a oferta de benefícios e serviços socioassistenciais, constituindo-se como importante estratégia de proteção social básica voltada à promoção do desenvolvimento infantil. Por meio de ações preventivas, acompanhamento familiar e articulação com a rede de atendimento, a instituição contribui para a identificação de situações de vulnerabilidade e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ampliando as possibilidades de proteção e garantia de direitos das crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu analisar o papel do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na identificação e no acompanhamento de crianças em situação de vulnerabilidade social, evidenciando sua relevância para a promoção do desenvolvimento infantil e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os resultados demonstraram que a atuação do CRAS ultrapassa a oferta de benefícios e serviços, constituindo-se como um importante espaço de proteção social básica, acolhimento e articulação com a rede de atendimento.

As observações realizadas e as informações obtidas por meio do questionário aplicado à psicóloga indicaram que o trabalho desenvolvido pela instituição contribui para a identificação precoce de situações de risco, possibilitando intervenções preventivas voltadas à proteção dos direitos das crianças e ao fortalecimento das capacidades protetivas das famílias. Destacaram-se, nesse contexto, ações desenvolvidas por programas como o PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Criança Feliz, que promovem acompanhamento, orientação e suporte às famílias atendidas.

Os resultados também evidenciaram desafios que permeiam a atuação do CRAS, entre eles a resistência de algumas famílias ao acompanhamento socioassistencial, a persistência de estigmas relacionados à assistência social e as limitações de recursos disponíveis para o atendimento das demandas apresentadas. Apesar dessas dificuldades, observou-se o compromisso da equipe em desenvolver ações voltadas à prevenção de riscos sociais, ao fortalecimento dos vínculos familiares e à promoção do desenvolvimento infantil.

Evidencia-se que o CRAS desempenha papel estratégico na efetivação das políticas públicas voltadas à infância, especialmente ao atuar de forma preventiva junto às famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o fortalecimento das ações desenvolvidas pela instituição e da articulação com a rede de proteção social mostra-se fundamental para ampliar as oportunidades de desenvolvimento, proteção e garantia de direitos das crianças desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Psicologia**, n. 77, p. 53-61, 1991.

AMARAL, M. Contribuições da Proteção Social Básica às famílias em vulnerabilidade atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. **Serviço Social & Realidade**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4054>. Acesso em: 16 out. 2025.

BATISTELA, Adriana Cristina; LOPES, Renata Santos; ALMEIDA, Angela Carla; et al. Socioeconomic diversities and infant development at 6 to 9 months in a poverty area of São Paulo, Brazil. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 42, n. 3, p. 262-270, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2017-0008>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 0 a 6 Anos**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Criança Feliz**. Disponível em: <https://share.google/OLYtVXuhRlZDTY8L5>. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Proteção e Atenção Integral à Família**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/protecao-e-atencao-integral-a-familia>. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de orientações – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e**

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): articulação necessária na proteção social básica. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/Cartilha_PAIF_1605.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004:** norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2004. p. 35. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas_2004.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2020. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. **Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).** Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; [data da última atualização: 19 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>.

KLEIN, Melanie. **O amor, a culpa e a reparação e outros trabalhos** (1921–1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 312-315.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUCENA, Dalila Ângelo Pereira; LANDEIRO, Maria de Fátima Barbosa; SANTOS, Cinthia Alves. Participação familiar em serviços de atenção à saúde da criança: percepções de profissionais e famílias. **Revista CEFAC**, v. 18, n. 4, p. 8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/DvPJqjXXjJHDBvf8BD3hyJw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasil: Governo Federal, publicado em 22 nov. 2019; atualizado em 04 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 23 set. 2025.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano.** 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.

SILVA, Késsia Oliveira da; ALVES, Maria Carolina Pereira; OLIVEIRA, Raissa Santos; LIMA, Christian Caetano de. **Caderno de orientações técnicas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos**. 1. ed. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. p. 18. ISBN 978-65-00-19419-7. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/08/Caderno-de-Orientacoes-Tecnicas-do-SCFV-para-Criancas-de-0-a-6-Anos-1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. p. 60. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.